

RELATÓRIO ANUAL



2018

CONSELHOS E DIRETORIA

Membros do Conselho de Administração

Presidente: Antônio Coelho Barroqueiro

Vice-Presidente: César Roberto Damazio

Conselheiro Vogal: Cláudio Luiz Espin

Conselheiro Vogal: Fabiano Furtado Beppler

Conselheiro Vogal: Israel Marcos Ferreira

Membros do Conselho Fiscal

Coordenador: Felipe Ribeiro Soares de Andrade

Membro efetivo: Aristides Alberto dos Santos

Membro efetiva: Neuza Maria Conceição Pimentel

Membro suplente: Bruno de Andrade Cataneo

Membro suplente: Euclides Domingos Garcia Florentino

Diretoria Executiva

Diretor Executivo: Douglas Aparecido Cirilo

Diretor de Controles: Cláudio Luiz Espin



**28 anos
promovendo a
união dos
funcionários da
ACSC**

O Sicoob Santa é a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo que atende aos funcionários das mais de 20 instituições, entre colégios, creches e hospitais, administradas pela Associação Congregação de Santa Catarina.

Fundada em 05/11/1990, inicialmente atendia somente aos colaboradores do Hospital Santa Catarina. Em 2001, o Estatuto Social da cooperativa foi alterado, ampliando o atendimento aos empregados de todas as casas da ACSC.

Em dezembro de 2018, foram dados os primeiros passos para uma nova etapa: a autorização para permanência e entrada de ex-funcionários da ACSC, bem como dos cooperados de Organizações Sociais de Saúde - OSS que tiveram a gestão transferidas para outras entidades.

Hoje, contamos com mais de 7.000 cooperados, aos quais voltamos iniciativas de desenvolvimento econômico e social, por meio da prestação de serviços financeiros, com qualidade e baixo custo, alinhados aos princípios cooperativistas.

Missão

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e suas comunidades

Visão

Ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados

Valores

Transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade e responsabilidade

A blurred background image of a business meeting. Several people are seated around a table, looking at documents and charts. The charts include pie charts and bar graphs. A large teal overlay with a dark teal triangle at the bottom right is positioned in the center of the image.

CENÁRIO ECONÔMICO

Em 2018, o PIB brasileiro teve crescimento de 1,1%, de acordo com dados do IBGE, mostrando tendência fraca na recuperação da economia nacional, em compasso com o cenário do país: eleições e postergação de reformas primordiais. Os investimentos produtivos e consumo das famílias tiveram ligeira melhora, porém ainda insuficientes para mudar de fato o panorama de crise econômica. Ao final do ano, com a decisão do cenário político, uma perspectiva positiva foi gerada na economia para o ano de 2019, com uma projeção de crescimento do PIB de aproximadamente 2,3%, segundo Relatório Focus do Banco Central.

O desemprego, em 2018, apresentou recuperação e chegou a 11,6%, atingindo o menor percentual desde 2016. No entanto, o ano encerrou com 12,2 milhões de desempregados, segundo dados do IBGE. Esse número ainda é muito expressivo e corrobora a recuperação branda da economia brasileira.

Pode-se considerar o controle de inflação o fator econômico positivo de 2018, que ficou em 3,75% (IPCA) e com tendência de estabilidade para o exercício atual. Este fato ajuda a manter a taxa básica de juros da economia, SELIC, em níveis considerados baixos para os padrões brasileiros, entre 6% e 7% ao ano. Fatores como este denotam uma perspectiva positiva para 2019 e ajudam na recuperação econômica, se associados a um próspero cenário político ao longo do ano.

Vale ressaltar que em meio a incertezas políticas e econômicas, o dólar chegou a bater a casa dos R\$ 4,20 – máxima histórica registrada, mas finalizou o ano em torno de R\$ 3,90.

Em 2018, o estoque da carteira de crédito para pessoa jurídica cresceu 2,4% em comparação com a posição de 2017, com avanço de 8,9% no volume de concessões de novos empréstimos, segundo dados oficiais do Banco Central. O Sicoob seguiu a tendência com crescimento de 15,5% nos ativos e 20,9% em operações de crédito, encerrando o ano com R\$ 54,8 bilhões. Enquanto que em nossa singular - Sicoob Santa - registramos um crescimento de 3,40% em nossos ativos e uma redução de 12,86% em nossa carteira de crédito.

Aliado à capilaridade do setor cooperativista, o número de associados de instituições financeiras cooperativas no Brasil chegou a mais de 10,3 milhões no fim de 2018, segundo informações do Censo de Cooperados divulgado pelo Banco Central do Brasil. Apenas o Sicoob, maior sistema cooperativo de crédito do país - o qual integramos, soma 4,4 milhões destes cooperados e está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, com 2,9 mil pontos de atendimento.

O resultado positivo do setor cooperativista em 2018 confirma sua extrema importância para a sociedade, pois promove o desenvolvimento econômico e social pela inclusão e educação financeira dos associados.

DESTAQUES 2018



ESCREVENDO UMA NOVA PÁGINA EM NOSSA HISTÓRIA

Nossa Cooperativa Coopercredi ACSC é uma instituição financeira que está sempre buscando o melhor para associados, unindo forças para alcançar grandes objetivos e compartilhar resultados. Por isso, acabamos de dar mais um passo para, juntos, crescermos ainda mais.

Sua Cooperativa pertence ao Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil, o maior sistema de cooperativismo financeiro do País, com uma marca nacionalmente conhecida, Sicoob.

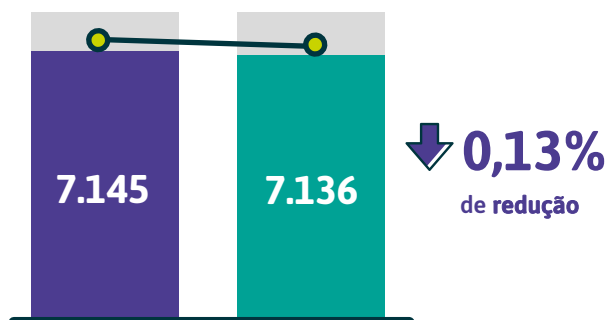
Para fortalecer ainda mais nossa **INTERCOOPERAÇÃO** e o **COMPARTILHAMENTO** de estratégias, tecnologias, serviços e estruturas e para perseguirmos o nosso **PROPÓSITO** cooperativo com ações que beneficie você Cooperado, a partir de agora teremos um novo nome: Sicoob Santa.

Unimos a representatividade de um grande Sistema Cooperativo com a nossa essência, o Santa.

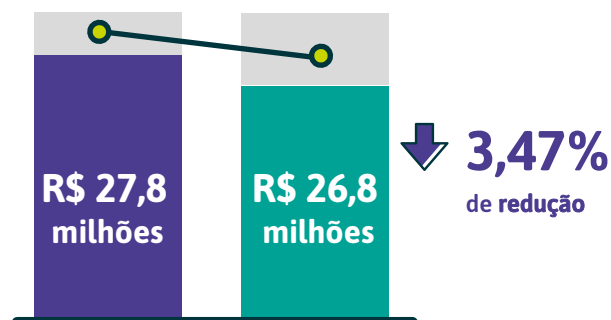
Em breve o Sicoob Santa apresentará aos cooperados, novos produtos e serviço financeiros, queremos ser a principal instituição financeira de nossos cooperados para prover condições financeiras mais justas e apoiar na realização de seus sonhos e conquistas.

NOSSOS NÚMEROS

Cooperados

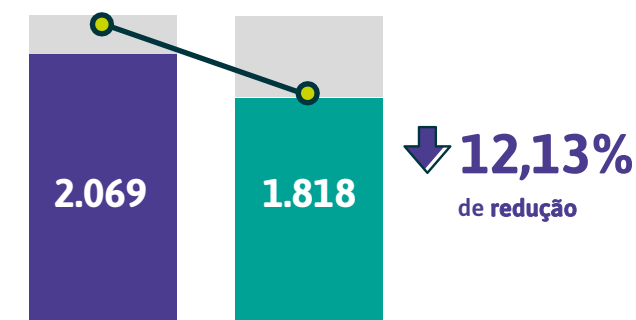


Capital

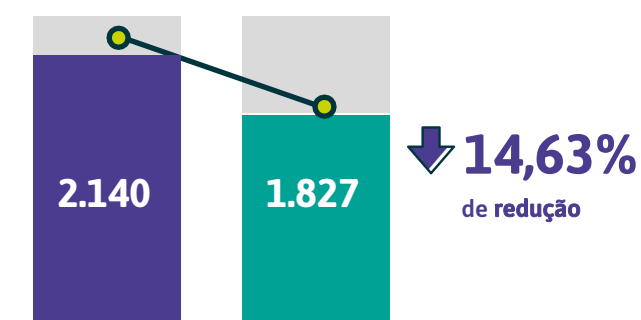


Casa	2017	2.018	%
01 Administração Corporativa	164	203	↑ 24%
03 Casa de Saúde São José	902	856	↓ -5%
04 Hospital Santa Teresa	601	620	↑ 3%
05 Colégio e Creche Santa Catarina - RJ	45	46	⇒ 2%
06 Colégio Santa Catarina - MG	30	38	↑ 27%
07 Hospital Santa Catarina	1.170	1.083	↓ -7%
08 Colégio Santa Catarina - SP	86	74	↓ -14%
10 Hospital São José	356	367	↑ 3%
11 Hospital M Regina Protmman	94	85	↓ -10%
12 Escola Santa Catarina	14	15	↑ 7%
18 Hospital São Luiz	378	344	↓ -9%
19 Lar Madre Regina	58	49	↓ -16%
25 Hospital Clin. NS Conceição	235	263	↑ 12%
26 Organização Social ACSC	1.333	1.342	⇒ 1%
28 Centro de Ref. do Idoso	80	72	↓ -10%
36 AME - Itapevi	102	80	↓ -22%
42 Creche Monteiro Lobato	21	19	↓ -10%
43 Hospital Amparo Maternal	181	166	↓ -8%
45 Obra Social Santa Catarina	3	5	↑ 67%
46 Hospital Regional Cáceres	9	3	↓ -67%
47 Creche São José Itamarati	19	15	↓ -21%
48 Hospital Estadual Central	424	376	↓ -11%
51 Hospital S J e M Chiq Gal	64	48	↓ -25%
52 Hospital Santa Isabel	246	230	↓ -7%
53 Hospital N S da Conceição	471	684	↑ 45%
Amparo Maternal	17	14	↓ -18%
Província Madre Regina	12	15	↑ 25%
Núcleo Educion. Santa Catarina	1	0	
Cooperativa de Crédito	24	21	↓ -13%
Familiares	5	3	↓ -40%
Total	7.145	7.136	⇒ 0%

Entrada de cooperados



Saída de cooperados



Legenda



2017

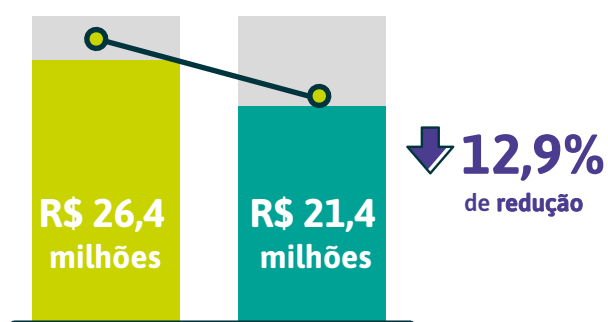


2018

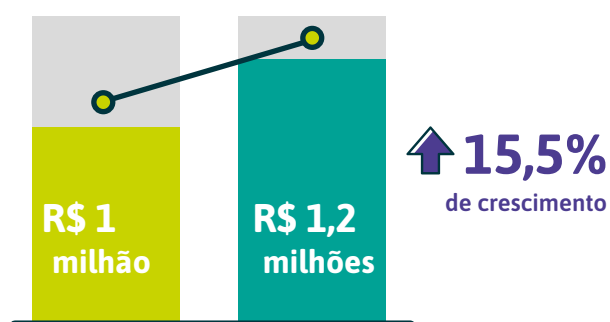
Variação 2017/2018

NOSSOS NÚMEROS

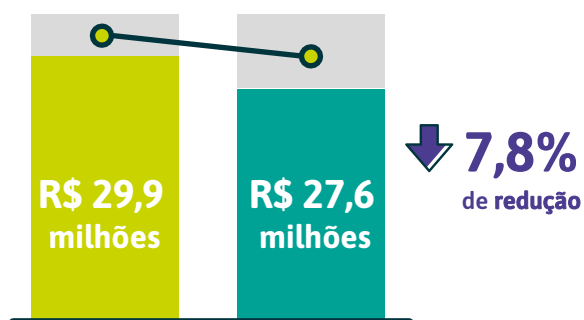
Operações de Crédito



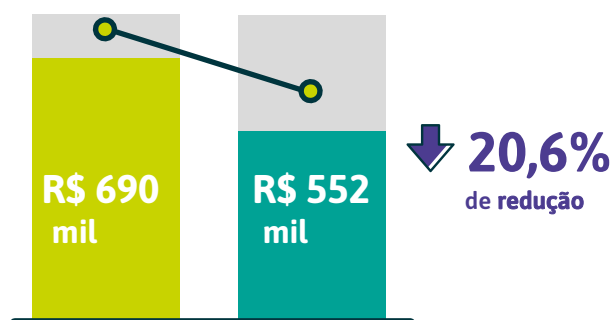
Depósitos



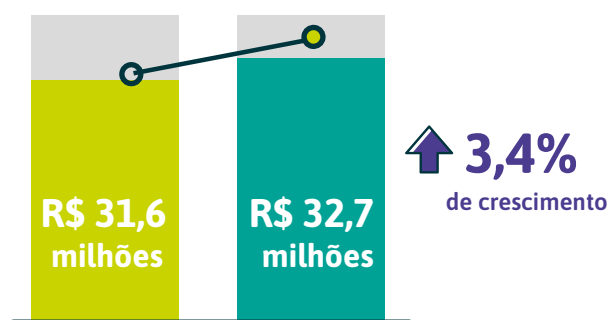
Patrimônio Líquido



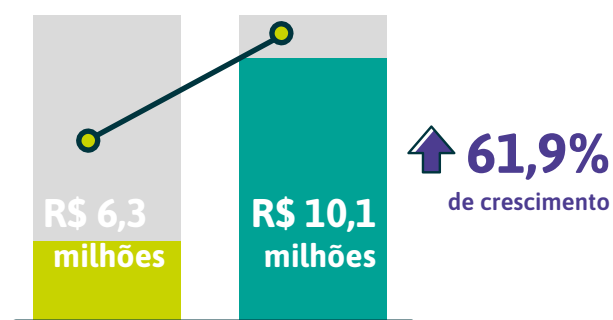
Sobras Líquidas



Ativo



Disponibilidades



Ações e eventos sociais

Ações apoiadas	R\$ 21.152,15
ACSC: Servir	R\$ 5.000,00
AME Itapevi: evento de Dia das Mães	R\$ 200,00
Casa de Saúde São José: Ação Social Saúde e Cidadania	R\$ 1.300,00
Colégio e Creche Santa Catarina - Petrópolis RJ: Festa de Natal dos alunos	R\$ 1.000,00
Colégio e Creche Santa Catarina - Petrópolis RJ: show de prêmios beneficente (bingo)	R\$ 600,00
Colégio Santa Catarina - SP	R\$ 650,00
Escola Santa Catarina: plantio de mudas	R\$ 1.302,00
Escola Santa Catarina: brinde para rifa	R\$ 693,00
Hospital Nossa Senhora da Conceição: doação para a Pediatria (Fantasia de Peppa Pig)	R\$ 370,00
Hospital Nossa Senhora da Conceição: jantar beneficente	R\$ 100,00
Hospital Santa Catarina: doação de brindes para o Coral do HSC	R\$ 719,61
Hospital São José: prevenção câncer	R\$ 1.300,00
Lar Madre Regina	R\$ 507,81
OS Santa Catarina: doação de brindes	R\$ 1.000,00
OS Santa Catarina: Jornada Científica da OS	R\$ 1.909,73
OS Santa Catarina: evento de Dia das Mães	R\$ 500,00
OS Santa Catarina: doação de prêmios para programa Viva Saudável	R\$ 3.500,00
OS Santa Catarina: doação de prêmios para sorteio	R\$ 1.500,00
SIPAT	R\$ 11.128,30
AME Itapevi	R\$ 504,48
Hospital de Clinicas Nossa Senhora da Conceição	R\$ 1.000,00
Hospital Nossa Senhora da Conceição	R\$ 400,00
Hospital Santa Catarina	R\$ 2.973,82
Hospital Santa Teresa	R\$ 1.500,00
Hospital São José	R\$ 1.250,00
OS Santa Catarina	R\$ 3.500,00
PÁSCOA	R\$ 4.358,30
Creche Monteiro Lobato	R\$ 1.400,00
Creche São José do Itamarati	R\$ 1.358,30
Hospital Estadual Central	R\$ 1.000,00
Lar Madre Regina	R\$ 600,00
Total de Apoios às casas da ACSC	R\$ 36.638,75

Ação de Natal realizada na Creche Santa Catarina contou com o apoio do Sicoob Santa.



FATES

Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social

(Em reais)

FATES	Orçado	Realizado
Saldo Anterior	325.441	325.441
Utilizações:	-275.280	-142.717
Parceria Instituto FEPAF	-2.880	-3.780
Educação Financeira Cooperativa	-272.400	-138.937
Saldo antes das destinações	50.161	182.724
Ingressos:	32.670	416.008
Destinação de 10% das Sobras	32.670	69.040
Reversão de valores não resgatados	-	346.968
Saldo Final	82.831	598.732



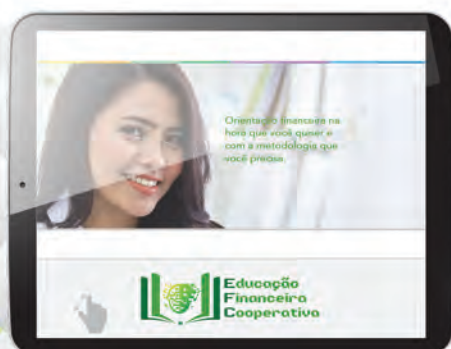


Palestras

15/Maio		UBS Vila Aparecida São Paulo/SP
16/Maio		Hospital Santa Catarina São Paulo/SP
17/Maio		AME Itapevi-Casa Kolping Itapevi/SP
18/Maio		UBS Vila Constância São Paulo/SP
30/Junho		Dia C - Memorial da América Latina São Paulo/SP
22/Agosto		Hospital Santa Isabel Blumenau/SC
23/Agosto		Hospital Nossa Senhora da Conceição Tubarão/SC
16/Outubro		Casa de Saúde São José Rio de Janeiro/RJ
16/Outubro		Hospital São José Teresópolis/RJ
17/Outubro		Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição Três Rios/RJ
17/Outubro		Hospital Santa Teresa Petrópolis/RJ
7/Novembro		Hospital Santa Catarina São Paulo/SP
3/Dezembro		AME Itapei Itapevi/SP

Em 2018 nosso programa **Educação Financeira Cooperativa - EFC** foi reconhecido pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e recebeu o **Selo ENEF** como uma das iniciativas que contribuem para disseminar ações alinhadas à Estratégia Nacional de Educação Financeira.





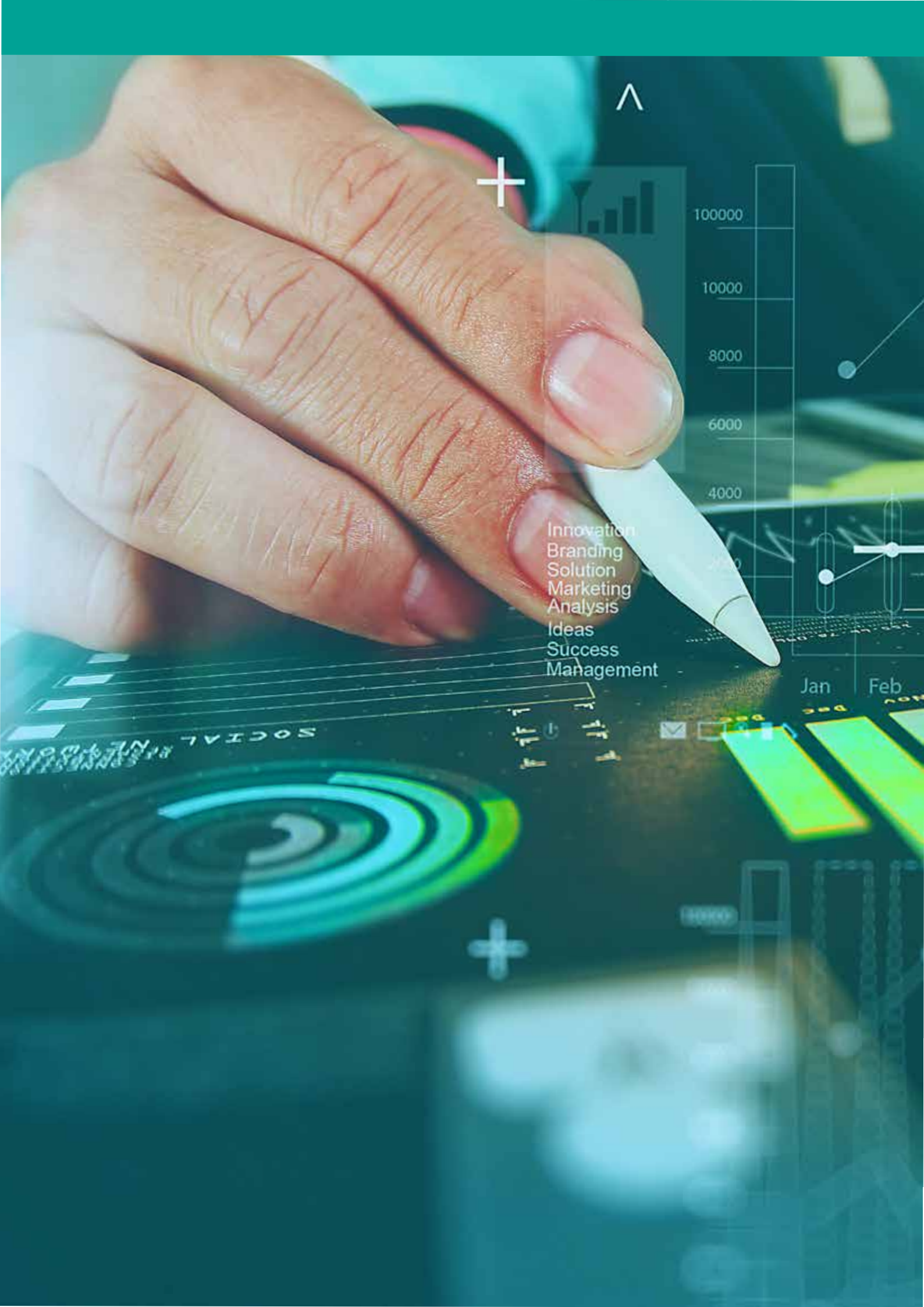
Não importa a
plataforma, o que
importa é estar
conectado ao **EFC**

efc.coop.br

Informações: (11) 3141-4610

programa idealizado pela Coopercredi ACSC





Innovation
Branding
Solution
Marketing
Analysis
Ideas
Success
Management



Demonstrações contábeis 2018

Innovation
Branding
Solution
Marketing
Analysis
Ideas
Success
Management

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

ATIVO	2018	2017
Ativo circulante	20.818.050	19.577.581
Disponibilidades (Nota 3)	726	2.005
Títulos e valores mobiliários (Nota 3.1)	10.120.557	6.253.512
Relações Interfinanceiras	188	-
Operações de Crédito (Nota 4)	10.577.856	13.004.230
Outros Créditos (Nota 5)	115.123	317.834
Despesas Antecipadas	3.600	-
Ativo não circulante	11.885.878	12.050.223
Realizável a longo prazo		
Operações de Crédito (Nota 4)	9.733.541	10.305.019
Investimentos (Nota 6)	1.821.191	1.524.502
Imobilizado de uso (Nota 7)	283.093	207.701
Intangível (Nota 8)	48.054	13.001
Total do ativo	32.703.929	31.627.804
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
Passivo circulante	5.152.468	1.762.775
Depósito a prazo (Nota 9)	1.169.582	1.012.773
Cobranças e Arrec. Tributos/Assemelhados (Nota 10)	8.076	11.646
Obrigações Sociais e Estatutárias (Nota 10.1)	3.447.924	362.981
Obrigações Fiscais e Previdenciárias (Nota 10.2)	67.043	76.059
Obrigações Diversas (Nota 10.3)	459.843	299.316
Patrimônio líquido	27.551.462	29.865.029
Capital Social (Nota 13.a)	25.515.286	27.803.321
Reserva de Sobras (Nota 13.b/c)	1.483.853	1.366.074
Sobras ou perdas do exercício (Nota 13.e)	552.322	695.635
Total do passivo	32.703.929	31.627.804

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das sobras ou perdas - exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

	2º Semestre 2018	2018	2017
Ingressos e receitas de intermediação financeira (nota 15.1)	3.658.998	7.235.781	7.555.161
Operações de crédito (Nota 4.f)	3.648.583	7.175.793	7.505.398
Operações com títulos e val. mobiliários e instr. financeiros	10.415	59.988	49.763
Dispêndios e despesas da intermediação financeira (Nota 16)	(845.013)	(1.615.897)	(1.346.801)
Operações de captação no mercado	(38.015)	(79.712)	(116.771)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(806.998)	(1.536.185)	(1.230.029)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.813.984	5.619.883	6.208.360
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais	(1.580.873)	(3.297.566)	(3.157.618)
Dispêndios e despesas de pessoal	(1.133.915)	(2.415.139)	(2.368.428)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(693.416)	(1.437.463)	(1.392.721)
Dispêndios e despesas tributárias (Nota 15)	(3.736)	(21.330)	(7.504)
Outros ingressos e receitas operacionais	250.195	576.366	608.361
Resultado de Participações em Col. E Controladas	-	-	2.674
Resultado operacional	1.233.111	2.322.317	3.050.742
Resultado não operacional	-	(11.262)	-
Despesas não operacionais	-	(11.262)	-
Resultado antes dos juros ao capital	1.233.111	2.311.055	3.050.742
Juros ao capital (Nota 14)	(1.620.652)	(1.620.652)	(2.181.199)
Resultado antes das destinações estatutárias	(387.541)	690.403	869.543
(-) Destinações	-	(138.081)	(173.909)
FATES (10%) atos cooperados	-	(69.040)	(86.954)
Fundo de Reserva (10%)	-	(69.040)	(86.954)
Sobras/perdas líquidas do semestre/exercício	(387.541)	552.322	695.635

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em reais)

	Capital Subscrito	Reserva Legal	Fundo de Expansão	Sobras acumuladas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	25.519.278	520.327	362.028	567.271	26.968.903
Destinação de Sobras Exercício Anterior					
Ao Fundo de Expansão			396.765	(340.971)	55.794
Ao FATES				(226.300)	(226.300)
Integralização/subscrição de capital	8.639.893				8.639.893
(-) Devolução de capital	(8.522.319)				(8.522.319)
Integralização de Juros ao Capital	2.181.199			(2.181.199)	
IRRF sobre Juros ao Capital	(14.730)				(14.730)
Sobras ou Perdas Líquidas				3.050.742	3.050.742
F A T E S - Atos cooperativos (Nota 13.e)				(86.954)	(86.954)
Reserva Legal (Nota 13.e)		86.954		(86.954)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.803.321	607.281	758.793	695.635	29.865.029
Destinação de Sobras Exercício Anterior					
Ao Fundo de Expansão					
Ao FATES					
Ao Capital				(695.635)	(695.635)
Integralização/subscrição de capital	10.035.563				10.035.563
(-) Devolução de capital	(12.449.942)				(12.449.942)
Integralização de Juros ao Capital	132.716			(1.620.652)	(1.487.936)
IRRF sobre Juros ao Capital	(6.372)				(6.372)
Sobras ou Perdas Líquidas				2.311.055	2.311.055
F A T E S - Atos cooperativos (Nota 13.e)				(69.040)	(69.040)
Reserva Legal (Nota 13.e)		69.040	48.740	(69.040)	48.740
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.515.286	676.321	807.533	552.322	27.551.461

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de caixa

(Em reais)

	2º Semestre 2018	2018	2017
Atividades operacionais			
Sobras do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	1.071.849	2.311.055	3.050.742
Ajustado por			
Provisão para operações de crédito	(166.461)	(873.639)	457.347
Provisão para Juros ao Capital	(1.620.652)	(1.620.652)	(2.181.199)
Destinação de sobras Fates	(69.040)	(69.040)	(86.954)
Depreciações e Amortizações	(268.532)	(233.758)	38.540
Resultado ajustado	(1.052.836)	(486.035)	1.278.477
Variações nos ativos e passivos			
Operações de crédito	689.682	3.361.520	(950.151)
Outros créditos	144.322	712.682	93.139
Depósitos	127.638	156.809	161.646
Outras obrigações	1.717.575	3.232.883	256.610
Outros valores e bens	(3.600)	(3.600)	-
Variações nos ativos e passivos	2.675.618	7.460.295	(438.756)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.622.782	6.974.260	839.721
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes de capital em investimento	(217.752)	(296.689)	(145.810)
Aplicação no imobilizações de uso	26.946	10.663	(16.116)
Aplicação no ativos intangível e Diferido	163.834	112.651	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(26.972)	(173.375)	(161.926)
Destinação de sobras			
Destinação ao Fundo de expansão	24.644	48.740	55.794
Aumento por novos aportes de capital	4.986.011	10.035.563	8.639.893
Devolução de capital à cooperados	(4.339.619)	(12.449.942)	(8.522.319)
Destinação de sobras exercício anterior	-	(695.635)	(226.300)
Subscrição do juros ao capital	132.716	132.716	2.181.199
IRRF sobre juros ao capital	(6.372)	(6.372)	(14.730)
Destinação de sobras	797.381	(2.934.930)	2.113.536
Aumento (diminuição) líquida de caixa e equivalente de caixa	2.393.191	3.865.955	2.791.331
No início do período (Nota 3)	7.728.280	6.255.517	3.464.185
No fim do período (Nota 3)	10.121.471	10.121.471	6.255.517

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

(Em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Sicoob Santa, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/11/1990, filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Santa possui 3 (três) Postos de Atendimento (PAs), sendo 2 em São Paulo/SP, e 1 (um) no Rio de Janeiro/RJ.

Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) Oferecer formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Demonstra-se abaixo os saldos patrimoniais mais significativos em 31/12/2018:

Em Reais	
Descrição	Sicoob Santa
Disponibilidades / Centralização Financeira	726
Títulos e valores mobiliários	10.120.557
Operações de Crédito	20.311.397
Ativo Permanente	2.152.337
Depósitos	1.169.582
Capital Social Integralizado	25.515.286
Sobras/Perdas Acumuladas até 31/12/2018	552.322

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Administração em 27 de março de 2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 27 - Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.

Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Redução ao valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	726	2.005
Títulos e valores mobiliários (a)	10.120.557	6.253.512
Total	10.121.284	6.255.517

(a) Títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações RDC no SICOOB CENTRAL CECRESP, na modalidade de longo Pós-CDI, com apropriação diária de rendimentos e disponibilidade de liquidez imediata para resgate.

3.1. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e valores mobiliários - Títulos de renda fixa	10.120.557	6.253.512
Total	10.120.557	6.253.512

Os Títulos e valores mobiliários - Títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

4. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade e vencimento:

Modalidades	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos	13.801.401	10.936.726	24.738.127	23.309.249
Total	13.801.401	10.936.726	24.738.127	23.309.249

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo	Total em	Provisões	Total em	Provisões
			31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
AA	-	7.519	7.519	-	-	-
A	0,50%	19.174.890	19.174.890	(95.875)	22.325.730	(111.629)
B	1%	673.157	673.157	(6.732)	214.689	(2.147)
C	3%	236.521	236.521	(7.096)	116.180	(3.485)
D	10%	136.128	136.128	(13.613)	131.900	(13.190)
E	30%	135.270	135.270	(40.581)	127.264	(38.179)
F	50%	126.080	126.080	(63.040)	162.115	(81.058)
G	70%	162.559	162.559	(113.791)	59.631	(41.741)
H	100%	724.482	724.482	(724.482)	650.467	(650.467)
Total Geral		21.376.606	21.376.606	(1.065.210)	23.787.976	(941.896)
Provisões		(1.065.210)	(1.065.210)		(941.896)	
Total Líquido		20.311.396	20.311.396		22.846.080	

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(1.428.878)	(941.896)
Constituições / Reversões	(2.437.930,14)	(1.063.394)
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	2.801.598,34	576.412
Total	(1.065.209,51)	(1.428.878)

d) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	209.679,98	1,03%	107.848,99	0,41%
10 Maiores Devedores	600.971,19	2,96%	578.526,35	2,21%
50 Maiores Devedores	1.524.741,43	7,51%	1.579.228,77	6,03%

Obs.: Desconsiderados os grupos econômicos.

e) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	4.840.222	4.263.810
Valor das operações transferidas no período	6.388.925	772.682
Valor das operações recuperadas no período	(4.380.730)	(196.270)
Total	6.848.417	4.840.222

f) Receitas de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos	6.851.261	7.228.131
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	321.738	277.267
Total	7.172.999	7.505.398

5. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento Funcionário	4.233	12.610
Adiantamento para Despesas Diversas	381	3.127
Quitações de Rescisões (a)	38.889	70.227
Títulos e Crédito a Receber (c)	387	741.840
(-) Provisão para Outros Créditos (b)	0	(509.970)
Total	43.890	317.834

- (a) Em Quitaões de Rescisão estão registrados os valores de rescisões de cooperados feitas no decorrer do mês base, sendo baixadas sempre no mês.
- (b) Na conta de Provisões para Outros Créditos, foram registradas as provisões referentes às Títulos e Crédito a Receber, conforme os níveis de risco previstos na Resolução CMV/BCB nº 2.682/99.

6. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações do BANCOOB.

Movimentação dos investimentos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sicoob Central Cecresp	1.776.091	1.479.403
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	26.372	26.372
Cecresp Corretora de Seguros Ltda.	18.727	18.727
Total	1.821.190	1.524.502

7. Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizações em Curso (a)	86.464	38.244	-
Instalações	61.956	61.956	10%
Móveis e equipamentos de Uso	106.016	145.131	10%
Sistema de Comunicação	4.070	4.070	20%
Sistema de Processamento de Dados	238.048	257.817	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(336.933)	(299.517)	
Total	159.621	207.701	

- (a) As imobilizações em curso foram demonstradas neste grupo, mas serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

8. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis	96.653	209.304
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(48.599)	(196.303)
Total	48.054	13.001

9. Depósitos

É composto por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito a Prazo	1.169.582	1.012.773
Total	1.169.582	1.012.773

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	311.603,67	26,00%	166.428	16,43%
10 Maiores Depositantes	862.874,47	73,00%	706.499	69,75%
50 Maiores Depositantes	1.188.137,60	100,00%	1.012.773	100%

10.Outras obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	8.076	11.646
Obrigações sociais e estatutárias	3.447.924	362.981
Obrigações fiscais e previdenciárias	67.043	76.059
Outras obrigações	459.843	299.316
Total	3.982.886	750.002

10.1 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	598.732	325.441
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.446.460	37.148
Sobras/Juros de Capital a Pagar	0	392
Total	2.045.192	362.981

(a) O Fates é destinado às atividades educacionais e à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(b) As cotas de capital a pagar ficam registrados os valores a devolver ao cooperado que foi demitido ou uma devolução parcial de capital.

10.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	15	297
IRRF sobre salários	15.362	14.532
INSS sobre salários	33.301	32.843
FGTS sobre salários	10.626	10.556
IRRF sobre aplicações financeiras	0	0
PIS sobre salários	1.135	1.177
PIS/COFINS a recolher	233	1.923
IRRF de juros ao capital	6.372	14.731
Total	67.044	76.059

10.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	48.872	32.102
Provisão p/ despesas administrativas	34.921	26.384
Provisão p/ despesas com pessoal	0	60.432
Provisão de ações Judiciais	12.000	10.000
Provisão de Férias	107.710	107.035
Recesso Estagiário	775	0
Seguro retidos dos empréstimos	20.161	32.180
Convenio Farmácia	0	0
Credores diversos - país	42.134	3.772
Créditos – boleto afastado	0	0
Cartão de Crédito - Fatura	0	26.859
Faturamento Padaria	780	552
Total	267.353	299.316

11.Provisões para contingências passivas

Considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação dos assessores jurídicos, a Cooperativa, para fazer face às perdas possíveis de demandas administrativas e judiciais, foi feito o provisionamento no valor de R\$ 10.000,00 referente as ações cíveis.

12. Instrumentos financeiros

O Sicoob Santa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a prazo e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. Nos exercícios de 2018 e de 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	27.551.461	27.803.321
Quantidade de Associados	7.136	7.145

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Expansão

O Fundo de Expansão tem como objetivo reunir recursos financeiros para instalação de sede administrativa para o Sicoob Santa e é destinado conforme deliberação em Assembleia Geral

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a lei nº 5.764/1971.

e) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	2.311.055	3.050.742
Pagto/incorporação de Juros ao Capital	(1.620.652)	(2.181.199)
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações.	690.403	869.543
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(69.040)	(86.954)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 10%	(69.040)	(86.954)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	552.322	695.635

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Descrição	31/12/2018
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	69.040
Reversão de cotas de capital a pagar (a)	346.968
Total	416.008

a) Reversão de cotas de capital a pagar: valor referente ao capital de associados desligados que por falta de informações cadastrais, não houve a devolução.

14.Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

15.Outros ingressos e rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	3.163	22.584
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	389.555	309.704
Reversão de Provisões Operacionais	136.266	276.073
Total	528.984	608.361

15.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Empréstimos	7.145.793	7.505.398
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumento financeiro	59.988	49.763
TOTAL	7.235.781	7.555.161

16.Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Captação	(79.712)	(116.771)
Provisões para operações de crédito	(1.536.185)	(1.230.029)
Total	(1.615.897)	(1.346.801)

17.Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa; as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das operações ativas	% em relação à carteira total
R\$ 24.515	0,12%
Montante das operações passivas	% em relação à carteira total
R\$ 50.238	4,30%

Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	24.515	122,58	0,12%

Aplicações Financeiras	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	4,30%	1,1%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo e empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,68% a 3,05%	1,68% a 3,05%
Aplicação Financeira	80% a 110% do CDI	80% a 110% do CDI

No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Cédulas de Presença (Conselho Administração)	31.913
Cédula de Presença (Conselho Fiscal)	13.905
Honorários (Diretoria Executiva)	479.073
Plano de Saúde	22.633
Total	547.525

18.Cooperativa central

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Sicoob Santa, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum, em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e pelas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, bem como a facilitação da utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e a aplicação dos recursos captados, a implantação e a implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras medidas.

O Sicoob Santa responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (Nota 3)	10.120.557	6.253.551
Ativo Permanente - Investimentos (Nota 6)	1.776.091	1.479.403

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECRESP, de 31/12/2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 02/02/2018, com opinião sem modificação.

19. Gerenciamento de Risco e de Capital

19.1 - Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

19.2 – Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Sicoob Santa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o Sicoob Santa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Santa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

19.3 – Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Sicoob Santa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Santa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Santa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

19.4 – Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Sicoob Santa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Santa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

20. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa, que era de R\$ 25.897.765,95 e encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2018.

22. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Sicoob Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário. As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 13.643.

23. Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

24. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º.3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 27 de março de 2019.

Douglas Aparecido Cirilo
Diretor Executivo

Claudio Luiz Espin
Diretor de Controles

Alberto Luis Alves
Contador CRC SP 256.335/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Associados da
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA
ASSOCIACAO CONGREGACAO DE SANTA CATARINA - COOPERCREDI ACSC
Av. Paulista, nº 352, 1º andar, conjunto 11, Bela Vista
São Paulo (SP)
Cep 01.310-000

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA ASSOCIACAO CONGREGACAO DE SANTA CATARINA - COOPERCREDI ACSC, doravante denominada Cooperativa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA ASSOCIACAO CONGREGACAO DE SANTA CATARINA - COOPERCREDI ACSC, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017

Os valores correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins comparativos nas demonstrações contábeis da Cooperativa, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva datada de 09 de fevereiro de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se

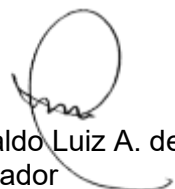
concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 15 de abril de 2019.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O



Ideraldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA A.C.S.C – Sicoob Santa., em cumprimento ao que determina o artigo 57, letra “I a XIV” do Estatuto Social pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista o resultado das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2018 para os fins previstos no Estatuto Social, e, após examinarem os documentos que compõem o “Balanço Geral” encerrado em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2018, bem como da Demonstração de “Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa” apresentado, constaram que:

- a) As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;
- b) As despesas efetuadas, autorizadas pela Diretoria, encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da Cooperativa;
- c) Não tem a Cooperativa qualquer questão a resolver com autoridades do Cooperativismo;
- d) Foi constatado que: “a cooperativa não mantém valor em espécie no caixa”;
- e) Os valores debitados ao FATES, conforme decisão da Diretoria, foram aprovados por este Conselho;
- f) Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia.

Várias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com o Órgão de Administração, que as explicou a contento e tomou, conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

Dado o exposto, recomendamos a aprovação do Balanço Geral e Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações de Fluxo de Caixa deste exercício, pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 15 de abril de 2019.

Felipe Ribeiro Soares de Andrade
Conselheiro

Neuza Maria Conceição Pimentel Santana
Conselheiro

Aristides Alberto dos Santos
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação Congregação de Santa Catarina – Sicoob Santa, após exame e discussão e, em face da manifestação favorável dos Conselheiros Fiscais e dos Auditores Independentes da D'AGOSTINI, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e do parecer do Conselho Fiscal, a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

São Paulo, 15 de abril de 2019.

Antônio Coelho Barroqueiro
Presidente do Conselho

Cesar Roberto Damazio
Vice-presidente

Claudio Luiz Espin
Conselheiro

Fabiano Furtado Beppler
Conselheiro

Israel Marcos Ferreira
Conselheiro

**Conheça o SICOOB ,
o maior Sistema de
Cooperativas do Brasil**



CONHEÇA O SICOOB

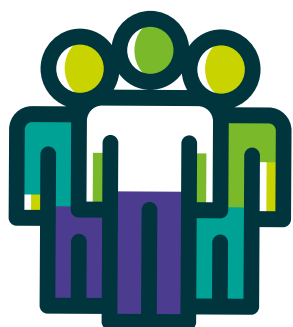
Historicamente, as cooperativas do Sicoob vêm colaborando para o crescimento dos brasileiros e das comunidades de norte a sul do país, funcionando como balizadoras de taxas e tarifas para o setor financeiro. Hoje, além dos grandes produtores rurais, empresas e responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico das regiões, atendemos em nossas cooperativas milhões de cooperados pessoa física.

As pessoas sempre estiveram presentes no centro de tudo, construindo não apenas o modelo cooperativista, mas definindo o formato destas instituições, propondo e estudando seu funcionamento e realizando iniciativas de educação e fomento para assegurar que a coletividade seja, de fato, a grande beneficiada desse processo.

Somos o maior Sistema de Cooperativas do Brasil.

Presente em 26 estados e no Distrito Federal, o Sicoob apresentou no último ano o resultado de R\$ 3,12 bilhões.

ATUALMENTE, O SICOOB POSSUI:



4.4 milhões
DE COOPERADOS



AGÊNCIAS EM
1.704
municípios
NAS
27 unidades da
federação



2.910
pontos de
atendimento

O COOPERATIVISMO NÃO PARA DE CRESCER

Embora discreto quando comparado ao cenário mundial, o cooperativismo brasileiro tem crescido muito nos últimos anos e é cada vez mais reconhecido pela sociedade por sua solidez, competitividade e capacidade de gerar prosperidade e justiça econômica.

Cooperativismo no mundo

 **2,6**
milhões
DE COOPERATIVAS

 **1**
bilhão
DE PESSOAS

SE AS 300 MAIORES
COOPERATIVAS DO
MUNDO FOSSEM
UM PAÍS, SERIAM A

 **6ª maior**
economia do
mundo

Fonte: ACI (Aliança Cooperativa Internacional) - Organização que congrega as cooperativas no mundo.

O SICOOB

Acompanhando este movimento transformador, o Sicoob apresenta números representativos que propiciaram o ranquiamento como **41º maior grupo empresarial do Brasil**.

Assim, ampliando sua fatia de mercado e oferecendo aos brasileiros uma opção financeira justa e confiável, abrimos em 2018 **244 novas agências**.



910

correspondentes

450

cooperativas
singulares

Presente em
1.704
municípios

41,2 mil
dirigentes e
funcionários

Uma publicação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Associação
Congregação de Santa Catarina - Sicoob Santa

Avenida Paulista, 326 - 16º andar | Bela Vista, São Paulo/SP 01310-000 | (11) 3141-4620

Central de Atendimento Sicoob Santa | Atendimento
das 8h às 17h | (11) 3141-4610 ou e-mail
atendimento@sicoobsanta.coop.br

sicoobsanta.coop.br

Atendimento nas casas ACSC:

Hospital Santa Catarina | Atendimento das 7h às 16h |
(11) 3016-3905

OS Santa Catarina | Atendimento das 8h às 17h |
(11) 5613-4444 ramal 176

Casa de Saúde São José | Atendimento das 7h às 16h |
(21) 2538-7626

Hospital Santa Teresa | Atendimento das 7h às 16h |
(24) 2233-4600 ramal 4769

Hospital Santa Isabel | Atendimento das 7h às 16h |
(47) 3321-1449

Hospital Nossa Senhora da Conceição | Atendimento
das 7h às 16h | (48) 3631-7249

Ouvidoria | Atendimento de seg. a sex. de 8h às 20h
0800 725 0996 | www.ouvidoriasicoob.com.br
Deficientes auditivos ou de fala | Atendimento de seg. a
sex. das 8h às 20h | 0800 940 0458
Demais Serviços de Atendimento | www.sicoob.com.br



Sicoob Santa

Conheça também:



☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒



☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒



☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒



☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒

